

A QUESTÃO REGIONAL NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE FRENTE À COMPETITIVIDADE: uma breve reflexão¹

Mário Pires de Almeida Olivette²

1 - INTRODUÇÃO

A questão regional tem papel preponderante no período histórico atual, visto que direciona o seu enfoque teórico-analítico nas diferentes tendências de concentração e dispersão das atividades humanas e na compreensão das desigualdades de desenvolvimento por ela criada; tem entre suas finalidades corrigir/amenizar as disparidades e orientar o desenvolvimento econômico de forma mais equilibrada nas diferentes regiões de um país e/ou entre as nações, como os blocos econômicos, nas mais diversas esferas dos setores produtivos.

Conforme Santos (1994), uma das características do mundo contemporâneo é a integração, principalmente do espaço econômico, de globalização, onde um sistema cada vez mais interdependente modifica até o papel do Estado. Dadas as estratégias de localização e da divisão interna do trabalho - que orientam as grandes empresas - e as oscilações e tensões provocadas pelos mercados financeiros, uma nova ordem é imposta a todas economias em diferentes graus, devendo ter a capacidade de direcionar e redirecionar políticas macroeconômicas.

Um fator marcante dessas políticas nacionais é a tendência de valorizar sua competitividade³ em determinadas regiões do mercado mun-

dial, lançando mão das vantagens comparativas, como infra-estrutura econômica e recursos naturais⁴, tecendo estratégias que convertam as vantagens comparativas⁵ em competitivas,⁶ bem como promovendo a integração com outros Estados.

O que implica pensar a questão regional, com novos enfoques, devendo buscar a renovação frente às novas realidades e processos, como salienta Santos (1994, p.48) *“a explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis, que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns a esse tipo de trabalho até os mais complexos, reveladores das grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico - tipologia das tecnologias, dos capitais, da produção, do produto, das firmas, instituições, intensidade, qualidade e natureza dos fluxos; captação dos circuitos espaciais de produção; peso dos componentes técnicos modernos na produção agrícola; expansão das agroindústrias; novas relações de trabalho no*

ções. Revela a preocupação com a eficiência do sistema econômico que exporta. Assim, inclui o estudo dos preços e custos comparativos da produção, das taxas de câmbio e juro, do poder de mercado, e as dimensões non prices: informações sobre o mercado, desenho do produto, empacotamento, controle de qualidade, atenção aos fornecedores, marketing e os cuidados na distribuição”.

⁴As principais diferenças conceituais de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos naturais e ambientais foram discutidas por Dulley (2004).

⁵A teoria das vantagens comparativas considerava, no seu início, a necessidade das nações de se especializarem em determinados produtos para os quais tivessem maiores condições quanto ao trabalho, capital, recursos naturais e às outras determinantes. Portanto, os recursos existentes no mundo seriam aplicados nos seus pontos de maior produtividade, beneficiando todos os parceiros envolvidos na comercialização. Uma outra formulação da teoria das vantagens comparativas considera as vantagens da especialização, ressaltando a relação entre custos de oportunidades para a produção de bens em diferentes países, como um indicador dessas vantagens.

⁶As condições de competitividade estão localizadas dentro de um país, em diferentes regiões para diferentes atividades, não raro essas regiões podem competir com suas vantagens comparativas.

¹ Este artigo é baseado em Tese de Doutorado do autor (OLIVETTE, 2005). Cadastrado no SIGA NRP1618 e registrado no CCTC, IE-06/2006.

²Geógrafo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

³Para Müller (s/d, p. 2, 3) *“o conceito de competitividade aparece como algo novo, que relaciona a economia mundial com o desenvolvimento nacional, através de outros conceitos mais, como transnacionalização e regionalização, sustentabilidade e equidade, tudo isso pensado articuladamente, compondo um esboço de um novo modelo. Daí uma primeira particularidade do emprego do termo competitividade: sua referência enfática ao campo internacional.... considerar a competitividade como uma capacidade revela que seu estudo não se esgota na participação lucrativa nos mercados externos ou nos lucros com as exporta-*

campo; etc. Tais variáveis não são independentes, umas sendo causa e/ou consequência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto”.

No setor agropecuário, a integração da produção com a indústria impele as nações à competitividade em termos de mercado nas mais diferentes atividades do setor, afetando a agricultura onde expressiva transformação tem-se feito notar na forma de produzir.

Para Müller (1999, p.2), nesse cenário o produtor rural brasileiro deve considerar ao menos dois pontos: o primeiro, *“de um lado está envolvido no processo de abertura da economia nacional para o exterior, sendo que os preços, as quantidades e a qualidade e os requerimentos de distribuição exigidos internacionalmente lhe são dados como parâmetros. Relativamente às décadas anteriores, as políticas públicas tornaram-se mais frágeis, quando não desapareceram, no que se refere à ajuda financeira, à assistência técnica e à estocagem, exigindo-lhe um maior espírito empresarial. A abertura da economia não só lhe acena com as exportações, mas também com importações e, ainda, com a competição de outras regiões do próprio país. Ora, tudo isso o obriga a considerar um número bem maior de variáveis na tomada de decisão”.* E o segundo, *“de outro lado, o produtor se acha envolvido com os efeitos nocivos crescentes do modo agrícola de produzir: o uso de pesticidas e fertilizantes químicos, a erosão dos solos e a contaminação das águas; as exigências dos consumidores - como opinião pública e como mídia - preocupados com a saúde, portanto, com a qualidade dos alimentos. Tudo isso o obriga a levar em conta os impactos de sua atividade no meio ambiente”.*

Em decorrência desse último cenário, nas últimas décadas, surgem movimentos que reivindicam mudanças em relação à forma de produzir e pleiteiam a sustentabilidade, considerando aspectos, tais como, aqueles relacionados à qualidade de vida, meio ambiente, diminuição dos custos dos alimentos e de energia, minimizando ao máximo os impactos no meio ambiente.

O conceito central de desenvolvimento sustentável para Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, 1995), é definido como o uso dos recursos naturais e humanos de forma a garantir as necessidades atuais, sem o comprometimento da capacidade de produção para as gerações futuras.

Para o setor agrícola, torna-se, então,

necessária a incorporação de uma nova visão para o desenvolvimento, além da competitividade, que é um fenômeno sistêmico que depende das características do entorno e da escala, tanto em termos de territórios rurais particulares como do contexto nacional.

A importância e/ou reconhecimento dos vínculos dos territórios com os mercados dinâmicos surge como necessidade fundamental para a expansão das oportunidades rurais do chamado agronegócio brasileiro; mas deve-se considerar, também, os preceitos técnicos, sociais, econômicos, ambientais e energéticos mitigando os impactos no meio ambiente.

Dessa forma, às atividades produtivas agropecuárias, até então praticadas de maneira não sustentável, que têm deteriorado os recursos naturais, se impõe a necessidade de corrigir as chamadas externalidades econômicas negativas através de instrumentos de mercado que afetam os preços relativos dos fatores. Isso deve ocorrer via pagamento por serviços ambientais, como medidas administrativas e de controle, revertendo os recursos captados para a proteção de parques nacionais, áreas protegidas, corpos d'água, etc.

Assim, a utilização de técnicas de produção depredadoras do ponto de vista de seu impacto sobre recursos naturais não renováveis, as políticas inadequadas do uso e acesso aos bens naturais e os escassos incentivos para conservá-los são grandes desafios no âmbito regional.

Nessa problemática emergente, deve-se considerar as questões já existentes e a concepção e a expansão de um novo paradigma para o desenvolvimento regional, assumindo, assim, a importância da sustentabilidade sócio-econômica-ambiental ao se buscarem alternativas e ações possíveis de ser empreendidas pelos mais diferentes atores sociais.

Diante desse quadro, é necessário se ter uma visão holística com o intuito de prospectar uma estratégia nacional para o planejamento ambiental, além do até então entendido, como a criação de parques como meio de proteção das diversas formas de vida que habitam os diferentes ecossistemas, passando, assim, a ser o marco norteador da nação na busca do desenvolvimento mais harmonioso e menos depredador.

Busca-se, neste artigo, realizar uma breve consideração sobre o papel da região no contexto da sustentabilidade frente à competitividade que, cada vez mais, é considerada como

essencial para o avanço do desenvolvimento, em especial o brasileiro.

Visto ser a competitividade um conceito particularmente relacionado à economia é primordial expor, ainda que de forma sucinta, algumas visões que envolvem essa área do conhecimento para, posteriormente, tecer uma breve reflexão dos possíveis elos entre a sustentabilidade e a competitividade em termos regionais.

2 - ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE E COMPETITIVIDADE

Na economia, a problemática ambiental está atrelada a novas propostas de projetos e à avaliação de sua viabilidade, conjuntamente com novas posturas de adequação de políticas empresariais.

A valoração econômica dos impactos ambientais é monetária, definida por Comune (1995) como sendo a soma monetária que os indivíduos recebem, necessária para compensar uma modificação do meio ambiente; o autor a classifica em dois tipos: custos diretos que podem ser mensurados, representando as modificações do nível de despesas em consequência das alterações ambientais; e os custos indiretos de difícil mensuração ou mesmo impossível, que podem ser chamados de perdas abstratas, como os custos sociais e psicológicos.

Ainda para Comune (1994), a exploração indiscriminada dos serviços ambientais e a conseqüente degradação ambiental, provocando danos à qualidade de vida, refletem-se na capacidade produtiva dos indivíduos. Esses danos representam os custos que a sociedade suporta pelo uso inadequado do meio ambiente.

Pearce et al. (1994) consideram que a valoração dos serviços fornecidos pelo meio ambiente é de suma importância para o desenvolvimento sustentável. O principal entrave é que muitos destes serviços são considerados gratuitos. Eles apresentam um preço zero porque não existem no mercado mecanismos de compra e venda pelos quais seus valores reais possam ser revelados. O perigo é que uma grande demanda por recursos, existente em função do preço zero, não tenha correspondência na capacidade de oferta do meio ambiente.

Nota-se que, para a determinação do valor real dos chamados serviços ambientais, é

imprescindível conhecer os custos ambientais⁷; conforme Comune (1994), eles geralmente são tratados como externalidades, que ocorrem sempre que a produção ou o consumo de um bem tem efeitos paralelos sobre os consumidores ou produtores envolvidos, efeitos que não são plenamente refletidos nos preços de mercado.

A junção dos aspectos econômicos e ecológicos visa também maior eficiência, como, por exemplo, no uso de matérias-primas, de energia e redução de custos.

Assim, a economia do meio ambiente atem-se nas análises de custos da despoluição e na alocação dos custos em termos do poluidor pagador, onde para alguns o ambiente passa a ser um entrave para o crescimento - pois impõe novos custos que podem afetar a competitividade - e para outros, passa a ser considerado como novas oportunidades de mercado, com a adoção de novas posturas em relação aos recursos naturais.

Nesse contexto, inicialmente, existiam duas correntes dentro do empresariado: a primeira formada pelos que consideravam a questão ambiental um modismo, cuja manutenção da qualidade demandava altos custos, e a segunda que incluía aqueles que adotavam animais em vias de extinção e/ou áreas para preservação, apenas para tirar proveito através do *marketing*. Aqueles que permanecem ou ainda mantêm essa postura deverão se reenquadrar ou estarão fora do mercado mundial, juntamente com todos os segmentos de sua cadeia produtiva (OLIVETTE, 1996).

O modelo tradicional de gerenciamento, focalizado apenas na produção, no consumo e na eficiência, é limitado na sua aplicação em questões ambientais, podendo obscurecer a compreensão da complexa interface entre organização e meio ambiente (SHRIVASTAVA, 1995).

Já aqueles que visualizaram as novas mudanças que estão em curso passam a adotar

⁷No Estado de São Paulo, a erosão causa a perda de cerca de 194 milhões de toneladas de terras férteis por ano, o que representa 20cm de solo numa área de 100.000ha. Aproximadamente 40 milhões de toneladas dessas terras erodidas ficam depositadas nos fundos de córregos, rios e lagos, provocando o assoreamento dos cursos d'água. Estima-se que os nutrientes perdidos juntamente com o solo equivalem a US\$200 milhões em fertilizantes. A erosão, além de causar a degradação do solo, compromete os recursos hídricos, através da poluição e assoreamento dos mananciais. Assim, ocorrem enchentes nos períodos chuvosos e escassez d'água nas estiagens. A associação desses fenômenos leva à baixa produtividade das terras rurais e, conseqüentemente, ao empobrecimento do meio rural (LOMBARDI NETO; DRUGOWICH, 1994).

transformações técnicas no processo de produção, redefinindo o produto final, o que permite reduzir os custos da poluição juntamente com o custo de produção. Passam a utilizar até mesmo resíduos (antes desprezados), agora transformados em produtos rentáveis. Essa redução de desperdício passa a ser nova reserva e fonte de negócios para os diferentes setores.

Resulta daí a formulação de estratégias por parte das empresas para ganharem ou manterem mercados cada vez mais exigentes. Dessa forma, normas são estabelecidas para produtos classificados como "ecologicamente corretos" que podem, então, utilizar selos comprovando essa característica. Esses selos garantem, entre outros fatores, o baixo consumo de energia e a viabilidade da reciclagem do produto ou parte dele após sua utilização, como é o caso das embalagens de produtos alimentícios. Esses aspectos são destacados no *marketing* e, assim, produtos com "selo verde" tornam-se potencialmente privilegiados nas concorrências do mercado global (OLIVETTE, 1996).

Ungaretti Netto (1998, p.71) vislumbra que esse mercado terá um crescimento estimado em 60%, *"o que tornará a proteção ao meio ambiente uma das indústrias de mais rápido crescimento no mundo (...) onde, o potencial de crescimento desse setor é apontado como novos negócios. As áreas fundamentais são as de criação de alternativas para o motor de combustão interna, substituição do aço por produtos sintéticos leves, desenvolvimento de fontes solares de eletricidade, substituição da pesca em alto mar por aquíicultura e uma infinidade de outras atividades lucrativas"*.

Segundo Viola (1992), emergem e se desenvolvem no mundo, como resultado da crescente preocupação pública pela deterioração ambiental, organizações governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental, alguns deles atuando em escala internacional. No âmbito nacional⁸, vêm sendo criadas agências

⁸A posição brasileira tem mudado extraordinariamente desde a Conferência de Estocolmo em 1972, quando o Brasil coliderou com a China a aliança dos países contrários a reconhecer a importância dos problemas ambientais. O modelo de desenvolvimento, que estava no seu apogeu em 1972, baseava-se numa forte depleção dos recursos naturais, considerados como infinitos, em sistemas industriais muito poluentes e na intensa exploração de uma mão-de-obra barata e desqualificada. Entre 1950 e 1979, o Brasil foi um dos países mais dinâmicos em um sistema mundial economicamente ascendente e, na década de 1970, foi um dos principais receptores de indústrias

estatais (federal, estadual e municipal) encarregadas de proteger o meio ambiente; grupos e instituições científicas que pesquisam o problema ambiental; um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão de processos produtivos baseado na eficiência, no uso dos materiais, na conservação de energia, na redução da poluição e no controle total da qualidade. Um mercado consumidor verde que demanda, entre outras coisas, alimentos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido produzidos com tecnologias limpas e de matérias-primas produzidas de modo sustentável e agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os problemas ambientais.

Essas transformações trazem em seu bojo a criação de normas ambientais de certificação com vistas a homogeneizar os conceitos e criar padrões, que sejam reconhecidos mundialmente. O marco referencial para a adoção dessas normas é o conceito de desenvolvimento sustentável, que no setor industrial deverá ser produção maior com menos recursos, não havendo limites para a ação voluntária das indústrias. Essas normas procuram atender às aspirações desse novo paradigma, em conformidade com as condições físicas, biológicas e sociais.

As normas ambientais são aplicadas em qualquer área do setor produtivo, em especial onde ocorram riscos potenciais ou gerem impactos ao meio ambiente, levando em conta o planejamento do processo produtivo, distribuição e disposição do produto final, com necessidade de reavaliações constantes dos parâmetros utilizados, num ciclo contínuo para a otimização do processo produtivo.

A certificação ambiental é fornecida para o setor produtivo pela International Standardization Organization (ISO), com sede na cidade de Genebra, na Suíça, podendo estampar nos produtos o selo verde chancelado pela ISO (com número de série ISO 14.000), que abrange seis áreas: sistema de gestão ambiental, auditoria ambiental, classificação ambiental, avaliação do ciclo de vida⁹, rotulagem ambiental e aspectos ambientais nos padrões relativos a produtos (Figura 1) e diversos selos específicos, constituindo pas-

poluentes, transferidas do Hemisfério Norte onde avançava a consciência ambiental (VIOLA, 1992).

⁹O objetivo central é avaliar os aspectos e potencialidades dos impactos ambientais associados ao ciclo de vida de um produto, desde a obtenção das matérias-primas, fabricação e uso até a disposição final, ou seja, do "berço ao túmulo".

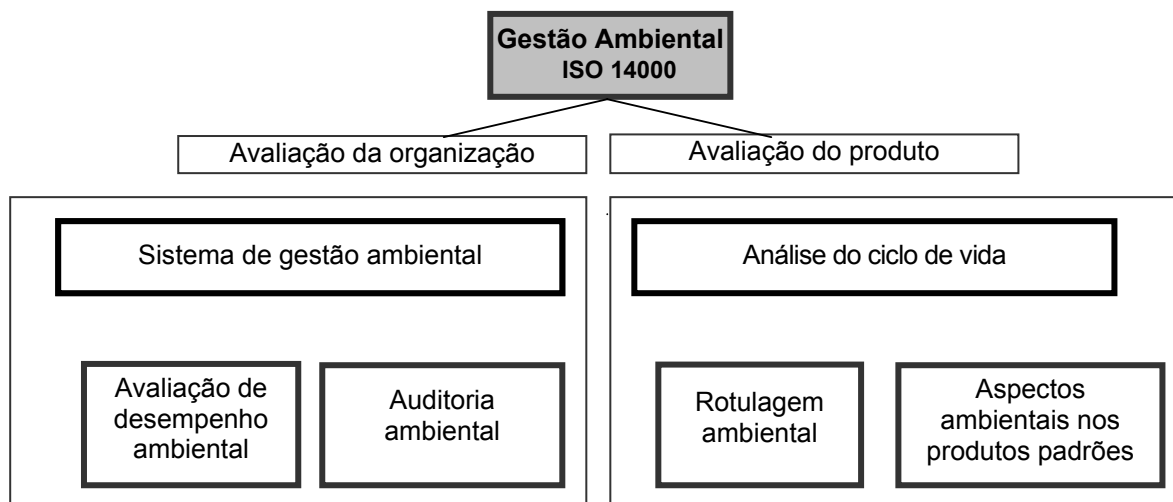


Figura 1 - Áreas de Abrangência da Gestão Ambiental.
Fonte: Olivette (1996).

saporte para que as empresas se mantenham nesses mercados (OLIVETTE, 1996).

Dessa maneira as empresas, para garantir a competitividade num mercado onde a qualidade ambiental é um fator que vem pesando nas escolhas do consumidor, vêm mudando sua forma de gerenciamento; como salientam Porter e Kinde (1995), se as empresas tratarem a regulamentação ambiental e as pressões dos consumidores de forma estática, elas serão sempre obstáculos ao seu próspero crescimento. Para sobreviver e crescer a empresa precisa gerar, constantemente, inovações que, além de garantir sua adequação à legislação, representem reduções de custos ou agregação de valor ao seu produto.

Outro aspecto que vem sendo desenvolvido na área da economia e questões ambientais diz respeito à sua incorporação nas contas nacionais¹⁰ (SCN). Conforme Ablas (1992), a proposta mais viável para a incorporação dessa questão nas contas nacionais é contabilizar os custos e benefícios ambientais, ou seja, os valores negativos (todas as modificações introduzidas no ambiente que levam a uma situação pior que a anterior, por exemplo, desmatamento não sustentável, lançamento de dejetos em cursos d'água) e positivos (alterações que procuram melhorar a situação vigente, por exemplo, reflorestamento, coleta e tratamento de dejetos), os

¹⁰Adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde a década de 1940, esse sistema estatístico foi idealizado por Simon Kuznetes, com o objetivo central de obter indicadores de desempenho da economia (MOLDAU, 1992).

quais serviriam para corrigir os agregados macroeconômicos. Salienta, ainda, o autor que, embora haja falta de dados estatísticos suficientes para o desenvolvimento completo de contas ambientais, não significa que se deva esperar pela geração ou pelo aprimoramento das informações existentes para dar continuidade aos trabalhos de valoração.

Como pode se observar, por mais paradoxal que possa parecer, esforços vêm sendo desenvolvidos na área econômica com intuito de contribuir para um modelo de crescimento econômico e preservação ambiental, mesmo com todas as dificuldades de mensuração existentes, logicamente porque a questão ambiental é complexa. Como salienta Capra (1996), quanto mais são estudadas as questões ambientais, mais se percebe que elas não podem ser compreendidas isoladamente, devido ao fato de serem sistêmicas, interconectadas e interdependentes.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos naturais e qualidade de vida, entre outros aspectos, não podem mais ser considerados como secundários, passando em muitos casos a serem pré-requisitos da competitividade, estimulando e influenciando novas concepções de produção, mercado e consumo, acrescentando novos conteúdos nas chamadas vantagens econômicas comparativas nessa contemporaneidade.

Assim, pensar a região, toma e inclui novas formas e torna-se referência para as intervenções dos setores público ou privado, emergindo como marco norteador do território¹¹ para o desenvolvimento econômico sustentável.

Nesse contexto, o papel do planejamento passa a ser voltado para as tendências dos mercados potenciais e, nesse cenário, não se deve ater apenas nas relações da sociedade e do meio, como também reconhecer os direitos e as responsabilidades notadamente das ações do poder público, como exemplo, acesso à educação, saneamento, saúde, terra, renda, assistência técnica, gerenciamento dos diversos espaços, etc.

Já para o setor privado, há que se cumprir os contratos acordados entre produtores e os demais setores, que tratam, por exemplo, do fornecimento de produtos como ecologicamente corretos e que estabelecem entre outras exigências o não uso de agrotóxicos e de adubação química, embalagem reciclável e a não agressão ao meio ambiente.

Esses aspectos, como já exposto, vêm do surgimento de um novo padrão de consumidor, para o qual as questões referentes à saúde e ao ambiente têm se tomado cada vez mais preponderantes.

A nova demanda de consumo proporciona a inserção da região como instrumento de *marketing*: regiões com explorações sustentáveis de produtos florestais e agropecuários, que são resultados da relação básicas homem-terra, pois mostram a existência de um produtor altamente preocupado com aspectos, tais como, aparência, qualidade do produto e do ambiente.

O surgimento de um selo ou certificado de origem como forma de diferenciação do produto, se consolidaria como uma estratégia regional de desenvolvimento via adoção de um *marketing* eficientemente estabelecido¹².

¹¹Território aqui compreendido como descrito por Schneider (2003, p. 9) “ (...) trata-se dos efeitos mais gerais da reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam (ou globalizam), mas também recompõem e afetam territórios e as localidades que são a projeção particular sobre um espaço determinado. Nesse sentido, o território emerge como um processo vinculado à globalização, sobretudo porque a nova dinâmica econômica e produtiva depende de decisões e iniciativas que são tomadas e vinculadas em função do território. Mais ainda, o território emerge como nova unidade de referência para atuação do Estado e a regulação de políticas públicas (...)”.

¹²A Agência de Promoção e Exportações do Brasil (APEX-BRASIL) vem investindo desde 2003 em um programa

O efeito direto seria a inclusão dos produtos provenientes da agricultura familiar¹³ por meio da criação da imagem de um produto que atenderia às necessidades dos produtores e consumidores, além de possuir efeitos multiplicadores positivos na difusão da necessidade e potencialidade regional da produção ecologicamente correta.

Cabe, igualmente, determinar mecanismos não apenas de preservação da biodiversidade, como também de recuperação de áreas nas mais diferentes escalas de degradação, bem como reintegrar ao sistema produtivo regiões que pelas mais diferentes causas - históricas, econômicas e ambientais - estão à margem do desenvolvimento. Esse quadro demanda o estabelecimento de um planejamento territorial coerente para o uso das regiões, baseado nas suas especificidades com a argumentação da propaganda convergindo em especial aos interesses da sociedade e não a grupos com interesses específicos, que não privilegiam esse paradigma: o uso sustentável dos recursos naturais.

Assim, as possibilidades de competição e expansão de mercados nacional ou global para produtos diferenciados, oriundos da agricultura familiar ou não, passam necessariamente pela atuação regional da sua sociedade de forma ética e profissional e pela utilização de estratégias que possibilitem a conquista e manutenção de mercados diferenciados.

Esse cenário possibilitaria uma saída da encruzilhada em que se encontra a sociedade, em especial a brasileira, passando a ser o ponto de confluência de pelo menos duas grandes vertentes da sociedade atual. A primeira refere-se àqueles que almejam a sustentabilidade espacial, social, econômica, etc., cujas responsabilidades estão distribuídas entre governo, setor empresa-

para a prospecção de mercado e sensibilização, capacitação dos produtores qualidade e o *marketing* como fatores determinantes para o sucesso, com produtos devidamente certificados e com fortes ambições exportadoras, pois no mercado global os produtos orgânicos são, na média, 30% mais caros do que os convencionais. Na atualidade, a participação brasileira no mercado mundial de produtos cultivados sem agrotóxicos e de acordo com as regras do manejo sustentável é inferior a 1%, movimentando cerca de US\$100 milhões em um negócio de mais de US\$26 bilhões (MIKLASEVÍCIUS, 2005).

¹³Segundo a APEX, o Brasil é o segundo País em números de propriedades com lavouras orgânicas. São cerca de 19 mil agricultores, maioria de agricultura familiar; em 2003 a produção de orgânicos ocupava 2.500 famílias, passando a 7 mil em 2004 (MIKLASEVÍCIUS, 2005).

rial e sociedade civil. A segunda, muito embora possa admitir que a sustentabilidade é importante, tem como premissa básica que, para o crescimento do País, ele, necessariamente, precisa ser competitivo num mercado globalizado e seus benefícios imediatos são aceitos como satisfatórios, deixando ao largo questões como desigualdade social, continuísmo da ocupação do espaço de forma desordenada e agressiva ao meio am-

biente, etc.

Assim, o conceito de competitividade passaria a ser um dos elos para um caminho conciliatório de tomada de decisão entre as diferentes aspirações, devendo estruturar-se em aspectos como: ciência e tecnologia, capacidade de prospecção de demanda, estratégias de *marketing*, comercialização entre outros.

LITERATURA CITADA

ABLAS, L. A. de Q. Contabilidade econômica do meio ambiente: proposta metodológica para aplicação ao Estado de São Paulo. In: NOZOE, N. (Coord.). **Contabilização econômica do meio ambiente**: elementos metodológicos e ensaio de aplicação no estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992. p. 97-111. (Série Seminários e Debates).

CAPRA, F. **The web of life**. New York: Anchor, 1996. 347 p.

COMUNE, A. E. A abordagem neoclássica: técnicas de mensuração. In: **CICLO de palestras economia ambiental**: perspectivas de pesquisa. São Paulo: IEA, 1995.

_____. Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: MAY, P. H; MOTTA, R. S. (Orgs.). **Valorando a natureza**: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Campus, 1994. 194 p.

DULLEY, R. D. Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, t. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

LOMBARDI NETO, F.; DRUGOWICH, M. I. **Manual técnico de manejo e conservação de solo e água**. Campinas: CECOR/CATI, 1994.

MIKLASEVÍCIUS, J. Brasil será tema de feira de produtos orgânicos na Alemanha. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23 fev. 2005. Suplemento Agrícola, Caderno G, p. 3.

MOLDAU, J. H. Os agregados macroeconômicos em São Paulo. In: NORZOE, N. (Coord.). **Contabilização econômica do meio ambiente**: elementos metodológicos e ensaio de aplicação no estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992. p. 75-96. (Série Seminários e Debates).

MULLER, G. **Competitividade, agricultura e agroindústria**. [s.n.t]. Mimeo.

_____. **Economia & ecologia e agricultura sustentável**. Rio Claro: UNESP, jul. 1999, 12 p. Palestra.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO – OECD. **Environmental principles and concepts**. Paris, 1995. v. 3. (OECD Working Papers, n. 84).

OLIVETTE, M. P. A. A normatização ambiental segundo A International Standardization Organization (ISO 14000) e seus reflexos no processo produtivo de setores industriais brasileiros. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 23-33, fev. 1996.

_____. **O setor agropecuário no contexto da sustentabilidade**: a região oeste do estado de São Paulo, 2005. 297 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponí-

vel em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20022006-144438/>>.

PEARCE, D. et al. **Blueprint for a green economy**. London: Biddles, 1994. 192 p.

PORTER, M. E.; KINDE, C. Green and competitive. **Harvard Business Review**, p. 120-134, Sept./Oct. 1995.

SANTOS, M. S. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1994. 124 p.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: FORUM INTERNACIONAL TERRITORIO, DESENVOLVIMENTO RURAL E DEMOCRACIA, 1., 2003, Fortaleza, CE.

SHRIVASTAVA, P. Ecocentric management for a risk society. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 936-960, 1995.

UNGARETTI NETTO, W. **Empresariado e ambientalismo**: uma análise de conteúdo da Gazeta Mercantil. São Paulo: Annablume, 1998. 132 p.

VIOLA, E. J. A dinâmica do ambientalismo e o processo de globalização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 6, p. 1-12, jan./jun. 1992.

**A QUESTÃO REGIONAL NO CONTEXTO DA
SUSTENTABILIDADE FRENTE À COMPETITIVIDADE:
uma breve reflexão**

RESUMO: Neste artigo, realiza-se uma breve consideração sobre o papel da região no contexto da sustentabilidade frente à competitividade que, cada vez mais, é considerada como primordial para o avanço do desenvolvimento, em especial o brasileiro. Sendo a competitividade um conceito particularmente relacionado à economia, aborda-se, de forma sucinta, algumas visões que envolvem essa área do conhecimento para, posteriormente, tecer uma breve reflexão dos possíveis elos entre a sustentabilidade e competitividade em termos regionais.

Palavras-chave: região, sustentabilidade, competitividade.

**REGIONAL SUSTAINABILITY vis-à-vis
COMPETITIVENESS:
a brief reflection**

ABSTRACT: A brief consideration is given to the role of the region within the sustainability context vis-à-vis competitiveness, an increasingly key role in advancing development, specially the Brazilian one. Being competitiveness a concept particularly related to economy, this article will touch in this field of knowledge in order to provide a backdrop against which to address the possible links between sustainability and competitiveness, with special emphasis on the regional aspect.

Key-words: region, sustainability, competitiveness.

Recebido em 30/01/2006. Liberado para publicação em 03/04/2006.